

“Sarney apóia a negociação”, afirma ministro da Fazenda

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

“O presidente José Sarney deu todo o apoio à equipe que está formulando esta negociação. A afirmação é do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, logo após o encontro que teve no Palácio do Planalto com o presidente da República, a quem foi relatar as conversas que manteve nos últimos dias, nos Estados Unidos.

Bresser Pereira confirmou que leva, no próximo dia 25, seu plano de renegociação da dívida externa aos bancos privados internacionais, embora não disponha, no momento, de uma proposta em forma final desenhada no papel. “A proposta vai ser elaborada nos próximos dias, mas é nosso propósito continuar a caminhar no sentido de um acordo de longo prazo para a dívida brasileira.”

Sem entrar em detalhes sobre aquilo que pensa levar à mesa dos credores, Bresser Pereira voltou a insistir na alternativa da troca dos créditos por títulos, esquema a ser colocado para adesão voluntária. “Os bancos que fizeram reservas adequadas têm todo o interesse nestes títulos”, disse ele, deixando claro que os papéis representativos da dívida brasileira não tomarão a forma de “exit bonds” (bônus de saída), já que este tipo de título envolve valores reduzidos, que não chegariam a atrair os grandes credores privados do Brasil.

Na nota oficial que divulgou ontem à imprensa — em atitude similar à adotada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III — o ministro Bresser Pereira deixa claro que os títulos a serem emitidos, a partir da renegociação externa, vão oferecer aos credores taxas de juro inferiores às do mercado, no momento inicial, representando justamente um nível de desconto.

A intenção é dar a estes títulos uma forma que viabilize sua negociação no mercado financeiro e, como atrativo, o governo brasileiro compromete-se a remunerar os papéis com juros adicionais na medida em que a economia brasileira tiver ampliada sua capacidade de pagamento.

COMPARAÇÃO

Bresser rechaçou qualquer tipo de comparação entre os títulos que o Brasil pretende colocar à livre escolha dos bancos credores com os bônus que foram ofertados pelos argentinos à comunidade bancueira internacional, sem muito sucesso. “Os ‘exit bonds’ da Argentina foram feitos lá para não dar certo”, ob-



Luiz Carlos Bresser Pereira

servou, lembrando que teve em Viena (Austria) — onde participou de um encontro promovido por congressistas norte-americanos, na última quinta-feira — uma boa recepção à idéia da “securitização” da dívida externa.

“O Brasil abre uma imensa perspectiva e estamos convencidos de que inauguramos uma nova etapa na história da dívida do Terceiro Mundo”, disse ele. O Palácio do Planalto manifestou-se ontem, novamente, a respeito do encontro que Bresser Pereira teve em Washington, terça-feira passada, com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos. “O governo não considera que tenha havido, da parte de James Baker III, uma rejeição à proposta brasileira, mas acha natural certa resistência, porque se tratava de uma proposta inovadora”, conforme declarou o porta-voz do presidente da República, Antônio Frota Netto, ao repórter Edson Beú.

Bresser, que em entrevista coletiva à imprensa fez questão de repudiar a interpretação de que Baker III teria “fulminado” a proposta brasileira, não deixa de reconhecer que “houve uma pequena mudança” na idéia brasileira de exigir que cerca de 50% da dívida externa com os bancos privados fosse, obrigatoriamente, transformada em títulos. Quando indagado a respeito das reações internas da parte dos que entendem ter havido uma concessão do Brasil ao governo norte-americano, o ministro da Fazenda declarou: “Existe aqui um complexo de inferioridade colonial, de um lado sou acusado de confronto e, de outro, sou acusado de atropelar as coisas”.

No Palácio do Planalto, o porta-voz do presidente da República chegou a reconhecer que um aval do secretário de Tesouro dos Estados Unidos à idéia de transformação compulsó-

ria de parte da dívida em títulos teria, sem dúvida, aberto uma importante brecha para as conversas com os banqueiros — “o Brasil teria um trunfo na mão”, observou Frota Netto —, mas acredita que haja ainda espaço para negociar a dívida através do deságio que recai sobre os créditos brasileiros vendidos no mercado financeiro internacional.

O ministro Bresser voltou, ontem, a enfatizar sua intenção de levar aos credores a proposta de “spread” (taxa de risco) zero para a parte da dívida que vier a ser negociada nos moldes convencionais e informou que o projeto de conversão da dívida externa em capital de risco (investimento direto no País) não deveria ficar concluído antes do dia 25, por falta de tempo.

Os detalhes do mecanismo da conversão, conforme atestou, não farão parte do rol de pontos a serem discutidos na mesa com os credores privados. Mas informou, contudo, que a conversão para investimentos será de alguma forma colocada como uma alternativa aos interlocutores externos.

Em sua entrevista, o ministro da Fazenda fez duas colocações políticas importantes: internamente, não pretende apresentar ao

PMDB a proposta de renegociação da dívida que levará para Nova York — “acho que isto não é necessário, mas continuamos conversando com todos e contamos com o apoio da sociedade brasileira” — e, no âmbito externo, não quis traçar paralelo algum entre os resultados eleitorais na Argentina (onde o partido peronista, de oposição, foi majoritário) e os efeitos que isso possa ter no plano financeiro internacional, até mesmo sobre a posição brasileira. “O problema da Argentina é da Argentina, mas vou esperar que entrem em moratória e nem mesmo sei se vão entrar.”

Ele demonstrou satisfação ao falar sobre a reunião realizada ontem pelo “board” do Fundo Monetário Internacional (FMI). “Acabei de receber um telefonema do Alexandre Kafka, nosso representante no FMI, informando que houve grandes elogios à economia do Brasil”, conforme declarou em entrevista.

Bresser destacou que está em aberto a possibilidade de entendimento com o FMI depois do acordo com os bancos, embora não considere essencial recorrer àquele organismo para fechar um novo acordo com os governos credores, no Clube de Paris.